

INFORME ECONÔMICO

CRISTINA BORGES

Criação de esqueletos

Sem encarar a reforma tributária e ao prorrogar a CPMF até 2004, o governo garante receita – atualmente em torno de R\$ 18 bilhões, por ano –, consagrando um dos mais perversos efeitos das distorções tributárias: impostos em cascata. Ao mesmo tempo, permanecem sangrias na arrecadação que, não combatidas, só fazem aumentar déficits crônicos, como o da Previdência Social, avaliado em R\$ 12 bilhões, por ano.

Estudo de Marcelo Neri, do Instituto Brasileiro de Economia/ FGV, indica que o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária – para empresas e trabalhadores – está na raiz do crescimento da informalidade no mercado de trabalho, sob risco de situação explosiva. Nos últimos trinta anos, a alíquota dos empregados com salário de um a três mínimos subiu de 3% para os atuais 8%. No caso dos empregadores, o salto é de 3% para 20%, no mesmo período.

De acordo com dados do IBGE, Neri encontra fora da Previdência social 62% dos 64 milhões de trabalhadores do setor privado (39,5 milhões), avanço preocupante quando confrontado com a taxa de evasão de 53%, em 1985. “A crescente evasão previdenciária implica não só em inconsistência fiscal, mas em desproteção social”, adverte. Os mais atingidos são os trabalhadores mais pobres, com taxa de 96%, contra 16% dos mais ricos.

A proporção dos *conta própria*, lembra Neri, no mercado de trabalho aumenta desde 1986, atingindo hoje 23%. Movimento similar está presente na participação dos empregados sem carteira, que sobe desde 1989, para chegar atualmente a 11%. São números que confirmam sua tese de que quanto maior a alíquota, menor a base de arrecadação.

Neri aposta em reversão de parte do quadro atual da Previdência Social, com a redução de 20% para 10% da contribuição do empregador, proposta pelo ministro Roberto Brant. Ele alerta, ainda, para a necessidade de expansão da cobertura do sistema: “A maioria dos trabalhadores fora da Previdência Social não tem como enfrentar os riscos sociais no futuro, seja por incapacidade física ou por velhice”.

Entre as conseqüências do “esvaziamento” previdenciário, Neri destaca os riscos de altos custos sociais que os trabalhadores informais poderão representar. Ele acha possível evitar, hoje, que pessoas nessas condições tenham, no futuro, que depender de seus familiares, piorando suas condições de vida; ou dos programas assistenciais do governo, sobrecarregando ainda mais os contribuintes.